

Prezados Leitores, saudações acadêmicas.

Esta edição da **Revista dos Mestrados Profissionais (RMP)** é simbólica, vez que encabeça o volume 10 (isto nos remete a um decênio de histórias para contar durante o ano de 2021, quiçá com duas edições especiais) e também sentenciar a presença do *Digital Object Identifier (DOI)* em nossas páginas, com prefixo institucional.

Para uma publicação que esteve bastante ressentida em tempos prévios, esta é uma conquista e mais que uma conquista uma revitalização de grandes proporções.

A **RMP** agradece a cada um dos autores, avaliadores e divulgadores e aos seus empenhos para assegurar esse canal de divulgação para uma classe de produção estigmatizada, mas que por plenitude incorpora-se à produção global em termos de gestão pública e áreas afins.

Como se formou tradicional desde o resgate do ano de 2016, feito em exatos 347 dias, a edição em tela comporta seis artigos.

O primeiro deles, aponta para o enfoque de uma mudança rumo a uma condução mais plural e participativa em hostes universitárias, a partir da reformulação de suas estruturas organizacionais e sustenta a discussão promovida por Ana Ferreira, Yákara Pereira e Karla Demloy, em sua contemplação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). O texto reporta ganhos de agilidade, bem como críticas à implementação das mudanças, revelando tímidos ganhos de prestação de serviços.

Depois, olhando a pouca ênfase à gestão de riscos corporativos no setor público brasileiro, Rachel Simões e Saulo Rocha dizem que a vinculação da gestão de riscos ao planejamento estratégico e ao engajamento da alta administração interferem na tentativa de criar uma gestão de risco direcionada para melhoria do desempenho e alicerçam suas evidências em racionalização de riscos, uso de especialistas e suporte de tecnologias.

Comentando sobre o risco de endividamento pela facilidade de dispor de recursos a baixas taxas de juros, Juliana Silva e Marcos Góis estudam em uma IFE de Pernambuco o confronto entre a volúpia pela tomada de recursos vis-à-vis os “fortes impactos na vida do contratante” em função do imediatismo. Os resultados na IFE citada, retratou comprometimento financeiro, mas também resquício de consciência de uso do crédito.

Já Caio Chiariello e Kamila Maidana analisam a compra via Programa de Aquisição de Alimentos no Hospital Universitário Federal da Grande Dourado aos agricultores familiares de hortifrutigranjeiros da região. Ato contínuo elaboraram proposta de melhoria para o planejamento da compra até o pagamento dos agricultores, visando fomentar uma política pública de incentivo à agricultura familiar local.

A seu turno, Ivaldir Farias, Arianne Torcate e Denis Gois idealizam a operacionalização eficaz dos processos de desenvolvimento de *software* focando a falta de colaboração entre os envolvidos e as práticas de comunicação, buscando consolidar este duo em uma revisão sistemática da literatura (RSL) em 18 bases de dados, visando aquilatar estes parâmetros em esforços de equipes de desenvolvimento de *software* distribuído.

Por fim Alexsandra Monteiro Silva, Ricardo André Cavalcante Souza propõem um método denominado, LeanGov.BR a fim de avaliar a aplicabilidade no contexto da governança corporativa, de princípios, valores, práticas e ferramentas oriundos dos paradigmas Ágil e *Lean*, relatando experimento levado a cabo em uma organização pública do poder judiciário federal.

Como se vê, um panorama de atos no escopo da administração pública exibindo práticas e procedimentos que se queiram implementáveis, a clara linha de convergência entre a proposta da **RMP** e de sua entidade de guarida, o MGP.

Deleitem-se!!!